

REGISTRO DE REUNIÃO		
Data:	16/06/2025	
Reunião:	23° Reunião do GT Vazões	
Grupo:	Grupo de Trabalho Vazões	
PARTICIPANTES		INSTITUIÇÃO
Daiane Alves dos Santos		AGEVAP
Marcio Fonseca Peixoto		AGEVAP
Marina Mendonça Costa de Assis		AGEVAP
Marcos Ayrton de Sousa Freitas		ANA
Heitor Soares Moreira		SEMAD
Fernanda Spitz Dias		INEA
Fernanda Helena de Almeida		SP Águas
Moema Acselrad		SEAS
Lincoln Sérgio Vieira		Light Energia
Lorran Luander Domiciano		SP Águas
Raissa Bahia Guedes		AGEVAP
Maria Aparecida Vargas		ABRAGEL
Elias Adriano dos Santos Adriano		IGAM
Otony Francisco de Faria		CIPEL
Alan Abreu		CEDAE
Flávio Monteiro		AGEVAP
Matheus Cremonese		CBH PP
João Siqueira		CBH BPSI
Suzana Ribeiro		INEA
Laís Gaeversen		Água e Solo
Tipo:	Videoconferência.	
Local:	Microsoft Teams	
RELATO DA REUNIÃO		
1. Posse dos novos membros		
A reunião foi iniciada pela Sra. Maria Aparecida Vargas (ABRAGEL/CEIVAP), que deu as boas-vindas aos participantes e destacou a importância do GT Vazões, especialmente em relação aos estudos do Pomba-Muriaé. Ela deu posse aos novos membros e passou para o item seguinte da pauta.		
2. Eleição e posse do novo coordenador		
A Sra. Maria Aparecida Vargas (ABRAGEL/CEIVAP) propôs a recondução de Heitor Moreira (SEMAD) como coordenador do GT Vazões, proposta que foi aceita por unanimidade. O Sr. Heitor Moreira (SEMAD) agradeceu a confiança e reforçou o compromisso com a coordenação do grupo, destacando a importância de ações planejadas de médio e longo prazo para enfrentar eventos extremos como cheias e estiagens. Ele enfatizou a continuidade dos trabalhos e a abertura para contribuições de todos os membros. O Sr. João Gomes (CBH BPSI) fez um testemunho sobre a postura ética e técnica de Heitor na condução do GT Vazões, destacando sua dedicação e profissionalismo. Ele reforçou a importância da continuidade do trabalho e da articulação.		

3. Status do andamento do projeto: contratação de empresa especializada para elaboração do plano de uso e ocupação da bacia de contribuição da represa de Chapéu D'Uvas e plano de uso do reservatório

A Sra. Laís Gaeversen (Água e Solo) apresentou o andamento da elaboração do Plano de Uso e Ocupação da Bacia de Contribuição da Represa de Chapéu D'Uvas. Iniciou contextualizando o objeto do contrato firmado com a AGEVAP, que visa a prestação de serviços técnicos especializados para o desenvolvimento do referido plano, abrangendo tanto a bacia de contribuição quanto o entorno do reservatório. Informou que o projeto contempla 12 produtos, dos quais os dois primeiros — o plano de trabalho e o levantamento topográfico (Produto 2) — já estavam em fase avançada. Destacou que, embora o aerolevante não estivesse previsto no termo de referência original, a equipe optou por incluí-lo, considerando sua relevância para a precisão do diagnóstico e para a delimitação da área de preservação permanente (APP), conforme a cota 746 metros, que inclui a cota máxima operacional acrescida de faixa de segurança. Durante a visita técnica realizada em abril, a equipe da Água e Solo, composta por cinco profissionais, percorreu os três municípios da bacia (Antônio Carlos, Santos Dumont e Ewbank da Câmara), realizando entrevistas com moradores, representantes das prefeituras, da Polícia Militar Ambiental e da companhia de saneamento CESAMA, responsável pela captação de água na represa. A Sra. Laís Gaeversen (Água e Solo) destacou que a qualidade da água é considerada excelente, sendo inclusive utilizada para diluir águas de outras captações com qualidade inferior, facilitando o tratamento convencional. Ela ressaltou a importância de uma comunicação social eficaz para esclarecer os objetivos do projeto e evitar desinformação. Mencionou ainda que a represa é considerada uma “barragem órfã”, sem um responsável claramente definido por sua operação, fiscalização ou licenciamento, o que agrava os conflitos de uso e dificulta a gestão integrada. Em relação ao Produto 3, referente ao diagnóstico da bacia de contribuição, informou que está em fase de elaboração e incluirá aspectos físicos, bióticos, socioeconômicos, legais e de saneamento. A previsão de entrega é para o início de julho. Já o Produto 2, com os resultados do levantamento topográfico e aerofotogramétrico, deverá ser entregue até 21 de julho, incluindo a consolidação metodológica em conjunto com a SPU/MG. Por fim, a Sra. Laís Gaeversen (Água e Solo) destacou que o maior desafio do projeto será a construção de um zoneamento que concilie os interesses dos quatro municípios envolvidos com a necessidade de garantir a segurança hídrica de Juiz de Fora, principal beneficiário da represa. Enfatizou que a implementação e fiscalização do zoneamento exigirão articulação institucional robusta e apoio técnico-jurídico, dada a complexidade fundiária e a multiplicidade de atores envolvidos. O Sr. Eduardo Araújo (IGAM) destacou a complexidade da gestão da represa e a importância de considerar os múltiplos usos e os impactos das mudanças climáticas. Maria Aparecida Vargas (reforçou a necessidade de uma abordagem sistêmica e integrada. O Sr. João Gomes (CBH BPSI) sugeriu envolver os governos estaduais e garantir que o estudo não “fique na prateleira”.

4. Apresentação do escopo do TR

A Sra. Raíssa Guedes (AGEVAP), apresentou o escopo atualizado do termo de referência (TR) para a contratação de estudos voltados à hierarquização de intervenções

hidráulicas e à definição de arranjos institucionais nas bacias dos rios Pombo e Muriaé, com foco na adaptação a eventos extremos. Iniciou contextualizando que a proposta está alinhada com diretrizes do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul (PIRH-PS) e do Plano de Gerenciamento de Riscos (PGRE), especialmente as ações 1.4.1 e 1.4.3, que tratam, respectivamente, da elaboração de planos de gerenciamento de riscos e da execução de ações prioritizadas. A proposta apresentada contempla quatro etapas principais, sendo elas o Plano de Trabalho e Mobilização, onde a empresa contratada deverá apresentar o cronograma detalhado, a equipe técnica envolvida e a metodologia de execução, além de estratégias de mobilização social e institucional, a hierarquização Preliminar das Intervenções, em que a empresa deverá realizar oficinas participativas com os comitês de bacia envolvidos para coleta de percepções locais sobre eventos críticos e impactos. Essas percepções serão traduzidas em critérios objetivos para a hierarquização das intervenções propostas no estudo SIEMEC (Sistema de Intervenções Estruturais para Mitigação dos Efeitos de Cheias), elaborado pela ANA em 2012. A análise técnica incluirá a consolidação dos estudos existentes (SIEMEC, SISPREC, estudos de disponibilidade e demanda hídrica, incluindo cenários de mudanças climáticas) e a proposição de critérios como segurança hídrica, impactos socioeconômicos, viabilidade técnica, custo-benefício e alinhamento com políticas públicas. Ao final desta etapa, será apresentada uma hierarquização preliminar das intervenções, com destaque para as 10 mais prioritárias, a discussão e desenho do arranjo institucional, para as 10 intervenções prioritizadas, a empresa deverá analisar o marco legal e institucional vigente, identificar atores com potencial interesse econômico e propor modelos de governança para execução, operação e manutenção das estruturas. Essa proposta deverá incluir matriz de responsabilidades, instrumentos jurídicos e plano de implementação institucional. Com base nessa análise, será elaborada a hierarquização final das intervenções, considerando a viabilidade de implementação dos arranjos propostos e por fim, a elaboração de Termos de Referência para Projetos Básicos, que consistirá na elaboração de três termos de referência completos para contratação de estudos de concepção e projetos básicos das três intervenções mais prioritárias. Esses TRs deverão conter justificativas, escopo técnico, cronograma, orçamento preliminar, memória de cálculo, critérios de atualização de dados (como topobatimetria e cadastro de estruturas) e aderência à legislação vigente. A Sra. Raíssa Guedes (AGEVAP) esclareceu que o objetivo do novo escopo é tornar o processo mais ágil e eficiente, evitando a revisão integral do estudo SIEMEC, o que demandaria tempo e recursos elevados. A estratégia adotada visa concentrar esforços nas intervenções mais viáveis e relevantes, permitindo que os projetos básicos possam ser contratados e executados com maior celeridade. Informou ainda que a previsão é de que o contrato seja assinado no início de 2026, com duração estimada de 12 meses e orçamento entre R\$ 400 mil e R\$ 500 mil. O Sr. Eduardo Araújo (IGAM) destacou a importância de incorporar estudos acadêmicos recentes e dados atualizados para embasar tecnicamente a hierarquização das intervenções. Ele reforçou que a priorização deve considerar não apenas aspectos hidráulicos, mas também sociais, econômicos e ambientais. A Sra. Maria Aparecida Vargas (Energisa/CEIVAP) alertou para o risco de fragmentação do estudo, caso não se mantenha uma visão sistêmica da bacia. Ela enfatizou que o arranjo institucional proposto deve ser robusto e viável, contemplando a sustentabilidade financeira das estruturas e a definição clara de responsabilidades entre os entes envolvidos. O Sr. João Gomes (CBH BPSI) reforçou a necessidade de

articulação entre os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, especialmente no que diz respeito à implementação das intervenções. Ele sugeriu que o estudo considere mecanismos de governança compartilhada e envolvimento dos usuários estratégicos, como companhias de saneamento e setor elétrico. A Sra. Marina Assis (AGEVAP) informou que o documento do termo de referência seria encaminhado a todos os membros do GT para contribuições até o dia 30 de junho de 2025, reforçando o compromisso com a construção coletiva e participativa do escopo.

5. Assuntos gerais

O Sr. Eduardo Araújo (IGAM) sugeriu a inclusão de estudos acadêmicos recentes como subsídios ao TR. Aparecida destacou a importância de considerar os custos de operação das estruturas e a necessidade de envolver usuários estratégicos. João Gomes reforçou a importância de articulação entre os estados de MG e RJ para garantir a implementação das ações. Marina Assis informou que o documento do TR será enviado a todos os membros para contribuições. Foi discutida a necessidade de considerar os múltiplos usos dos reservatórios, incluindo abastecimento humano, controle de cheias e preservação ambiental. O Sr. Marcos Airton (ANA) destacou que os novos projetos devem contemplar regras de operação diferenciadas para diferentes níveis de reservatórios, visando maior resiliência a eventos extremos. A Sra. Maria Aparecida Vargas (ABRAGEL) sugeriu que usuários da área de abastecimento e geração de energia sejam envolvidos na operação futura dos reservatórios, considerando os custos e a sustentabilidade das estruturas.

6. Encerramento:

O Sr. Heitor Moreira (SEMAD) agradeceu a presença e as contribuições de todos os participantes, destacando o alto nível técnico das discussões e a importância da continuidade dos trabalhos do GT Vazões. Reforçou que os encaminhamentos serão consolidados e que a AGEVAP ficará responsável por sistematizar as contribuições recebidas.

Início:	10h00min	Encerramento	12h00min
Elaborado por:	AGEVAP		